

Programa de Aceleração do Crescimento I: O PAC e a Agenda de Desenvolvimento para o Brasil

A agenda econômica, antes focada no controle da inflação e do déficit fiscal, agora tem no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC o seu principal compromisso.

Em linhas gerais, segundo seus elaboradores, o Programa está organizado em cinco blocos:

- a) investimento em infra-estrutura, resgatando o papel do Estado como indutor do crescimento através da alocação de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e das empresas estatais, do aumento do Plano Prioritário de Investimentos (PPI), do estímulo ao aumento do investimento privado, da redução das desigualdades regionais e da redução do superávit primário para 3,75% do PIB;
- b) Estímulo ao Crédito e ao Financiamento, com a criação de fundos de investimentos, como o FGTS, e do aumento do volume de crédito, sobretudo para aplicação em saneamento e habitação e do crédito de longo prazo para investimentos em infra-estrutura;
- c) Melhora do Ambiente de Investimentos, com medidas que incluem o aperfeiçoamento do marco regulatório e o incentivo ao desenvolvimento regional, via recriação da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste);
- d) Desoneração e Aperfeiçoamento do Sistema Tributário, com a suspensão da cobrança de PIS/CONFINS de obras de infra-estrutura e a isenção do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF) de Fundos de Investimento em Infra-estrutura visando incentivar o investimento privado e o desenvolvimento tecnológico e o for-

talecimento das micro e pequenas empresas; e

e) Medidas Fiscais de Longo Prazo, com destaque para o controle das despesas de pessoal, a criação da Política de Longo Prazo de Valorização do Salário Mínimo e a instituição do Fórum Nacional da Previdência Social.

Seus idealizadores concluem que o PAC busca o aumento dos investimentos públicos em infra-estrutura, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população, nada além de uma obrigação de qualquer governo. Mas, para tanto é de suma importância que o Governo reduza de forma urgente e significativamente as taxas de juros para que possamos ter um novo ciclo de crescimento e desenvolvimento social para o País.

Não poderíamos tomar medidas melhores do que as propostas? Medidas que tivessem impactos melhores? Analisando os blocos acima, e conjugando-os com o histórico recente de corrupção do atual governo, vejamos algumas preocupações correspondentes aos referidos tópicos:

a) O uso de elevados recursos governamentais ou de estatais neste item, além de não transparente, nos leva a questionar as reais intenções com a medida;

b) Antes da multiplicação e criação de diversos outros fundos governamentais, devemos primeiro melhor gerir os recursos de fundos hoje existentes. Pressuposto básico para que tenhamos a certeza de que a administração de novos fundos atendam seus propósitos de criação;

c) A recriação de Superintendências Regionais de Desenvolvimento e a redefinição do papel das Agências Reguladoras só pode ser levado a sério num contexto desenvolvimentista e após apuradas questões pontuais que as impediram de levar adiante seus propósitos anteriores, sob o risco de se cair nos mesmos erros anteriores, ou ainda, de serem apenas usadas para a ganância desenfreada de esquemas fraudulentos;

d) A desoneração tributária deve sempre levar em conta de onde virão os recursos para cobrir àquele incentivo fiscal, pois

os recursos hoje existentes já não são suficientes para atender à todas as demandas existentes; e

e) A falta de estudos aprofundados e consistentes sobre os impactos fiscais e previdenciários de medidas tomadas hoje, não podem se tornar uma constante. Pelo contrário, para cada novo direcionamento que tomamos, numa economia globalizada, melhor fundamentados devemos estar, sob o risco de colocarmos todo o rumo defendido a se perder.

Enfim, não podemos deixar de ressaltar que o foco também deve considerar a manutenção das conquistas alcançadas ao longo dos últimos anos, como o controle da inflação e do déficit fiscal, por exemplo. Só desta forma, avançaremos pelos caminhos do desenvolvimento estável e sustentável. E certamente devemos estar atentos a isso, pois haverá impactos no país e na cidade do Rio de Janeiro.